

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

“AQUISIÇÃO DE PNEUS, PARA STOCK”

PROCESSO N.º 2020/300.10.005/627

ÍNDICE

PARTE I	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Vigência do Contrato.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Fornecedor	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do fornecedor	4
Cláusula 5. ^a - Prazo do Fornecimento	5
Cláusula 6. ^a - Local do Fornecimento.....	5
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 7. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 8. ^a – Prazo do dever de sigilo	6
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	6
Cláusula 9. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 10. ^a - Preço base.....	6
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento.....	7
Cláusula 12. ^a - Revisão de preços	7
Cláusula 13. ^a – Adiantamentos.....	7
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
Cláusula 14. ^a - Força maior	8
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines.....	9
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 16. ^a – Caução.....	9
Cláusula 17. ^a - Foro competente	9
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 18. ^a – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	10
Cláusula 19. ^a - Comunicações e notificações	10
Cláusula 20. ^a - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 21. ^a – Legislação aplicável	10
PARTE II	11
Cláusula 22. ^a – Especificações Técnicas	11
Cláusula 23. ^a - Atributos da Proposta	11

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a **Aquisição de pneus, para stock**, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;

Nos termos do previsto no art.º 46.º - A do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, será uma aquisição com os seguintes lotes:

Lote 1 – Pneus para viaturas ligeiras;

Lote 2 - Pneus para viaturas pesadas e máquinas.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de dois (2) anos a contar da data da sua assinatura ou até que seja atingido o valor da faturação igual ao valor do contrato, se tal acontecer antes do termo deste, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Fornecedor

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor a obrigação de efetuar o fornecimento nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na parte II do presente Caderno de Encargos, bem como a obrigação de garantia dos bens.

2. O Fornecedor fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário ao perfeito e completo fornecimento dos referidos bens, nos termos do artigo 452.º do CCP.

Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento

1. O fornecedor obriga-se a fornecer os bens objeto do caderno de encargos de forma faseada, conforme as necessidades da CMS;
2. A montagem e calibragem devem ocorrer no prazo de 10 dias úteis após solicitação dos serviços da CMS.

Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento

Os bens serão fornecidos, montados e calibrados nas instalações do fornecedor, após a solicitação da CMS.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que

este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 9.ª - Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do fornecedor.

Cláusula 10.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 52 500,00 (Cinquenta e dois mil e quinhentos euros)**, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

Sendo que o preço base se subdivide da seguinte forma, pelos 2 Lotes a concurso:

Lote 1 – Pneus para viaturas ligeiras, no valor de € 17 650,00 (Dezassete mil, seiscentos e cinquenta euros);

Lote 2 - Pneus para viaturas pesadas e máquinas, no valor de € 34 850,00 (Trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta euros).

Cláusula 11.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 9.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens, sendo as faturas emitidas de acordo com os fornecimentos faseados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao fornecedor, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 12.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 13.ª – Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 16.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 17.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

PARTE II

Cláusula 22.^a – Especificações Técnicas

1. O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de pneus, conforme Mapa de Quantidades, documento Anexo I, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos;
2. As quantidades indicadas são meramente indicativas e não vinculam a CMS à totalidade do seu consumo;
3. O fornecimento dos pneus inclui os custos com a desmontagem dos pneus velhos, verificação do estado das jantes, a montagem dos pneus novos e a respetiva calibragem;
4. Caso as jantes não estejam nas devidas condições deverá o fornecedor contatar o Serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas;
5. Deverão ser propostos pneus com a qualidade Premium. Os pneus Premium, segmento topo de gama, incluem as marcas do tipo ou equivalente a Bridgestone, Continental, Goodyear, Michelin ou Pirelli; As carcaças deverão ter estrutura de qualidade superior que tenham uma baixa taxa de rejeição no controlo de análise para recauchutamento;
6. Deverão ser propostos pneus de acordo com as dimensões e índices de carga e velocidade que respondam à seguinte classificação UTQG (Uniform Tire Quality Grading):
 - Desgaste ao rolamento (Treadwear) – 280 ou superior
 - Aderência (Traction) – A ou AA
 - Resistência ao aquecimento (Temperature) - A.
7. O fornecimento deverá ser efetuado de forma faseada, de acordo com as solicitações do Serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas;

Cláusula 23.^a - Atributos da Proposta

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo

em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

“AQUISIÇÃO DE PNEUS, PARA STOCK”

PROCESSO N.º 2020/300.10.005/627

Mapa de Quantidades

Lote 1 - Pneus para viaturas ligeiras

Num. seq.	Designação	Quant.
1	Pneus 165/70 R 14 /C - Tubless	4
2	Pneus 175/65 R14 - 82 T tubless	16
3	Pneus 195 R 15C Tubless	4
4	Pneus 195/70 R15 C 8 Telas tubless	24
5	Pneus 195/75 R16C - 8 telas tubless	12
6	Pneus 195 R 14 C 8 telas tubless	4
7	Pneus 195/55 R15 - 91H Tubless	4
8	Pneus 195 / 65 R 15 C- 95T - tubless	18
9	Pneus 195/60 R 16C tubless	4
10	Pneus 185 R 14 C 8 telas tubless	16
11	Pneus 185/65 R 15 -92 Tmisto tubless	4
12	Pneus 205/65 R 16 C - Telas tubless	18
13	Pneus 205/55 R 16 - 91H Tubless	16

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

14	Pneus 205/ 45 R16 -91H tubless	8
15	Pneus 205 R 16 - Misto tração tubless	4
16	Pneus 205/80 R 16 8 telas tubl. misto tubless	8
17	Pneus 245/65R17-111 T misto tubless	4
18	Pneus 255/70 R16 - 111 Tração Misto	2
19	Pneus 215/55 R16 - 93 V tublesse	6
20	Pneus 215/65 R 16 C - 8 tubless	2
21	Pneus 215/70R 15 C tubless	8
22	Pneus 235/45 R 17W tublesse	4
23	Pneus 225/65 R 16 C tubless	18
24	Pneus 195 R 15C Misto Tração	2

Lote 2 - Pneus para viaturas pesadas e máquinas

Num. seq.	Designação	Quant.
1	Pneus 11,5/80 - 15,3 - tração - 12 telas	4
2	Pneus 13,00-24 - tração - 12 telas	2
3	Pneus 18,4 - 26 - tração 12 telas	2
4	Pneus 8,25 R 15 - 18 Telas	2
5	Pneus 14-5 -20 /400/70 R20 Tracção 14 Telas	2
6	Pneus 16,9 - 28 - 14 Telas Piso Tração	2
7	Pneus 225/75 R 16 C - tublesse	14
8	Pneus 205/75 R 17,5 -XZA tubless	26

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

9	Pneus 900x20 - X2P 14 telas	6
10	Pneus 295/80 R22,50 - XZA 1 D. tubless	6
11	Pneus 295/80 R 22,5 XDE-1 Tração tubeless	4
12	Pneus 13 R 22,5 XZY-2 - Tub. 18 telas dir.tubless	8
13	Pneus 13 R 22,5 -18 Telas tubless tração	12
14	Pneus 315/80 R 22,50 direção tubless	6
15	Pneus 315/80 R 22.50 XDE-2 Tub.- tração	8